



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª
(DÉCIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 16ª Sessão Ordinária;
- Ata da 6ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Eu gostaria de comunicar aos Parlamentares que se encontram nos seus gabinetes que ontem houve um acordo de Líderes para discutirmos hoje o Projeto de Lei nº 259, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 39.330.220,00 (trinta e nove milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e vinte reais).” Esse crédito é uma transferência da dotação orçamentária da Universiades. Trinta milhões estão sendo destinados para a construção do bloco II do Hospital da Criança José Alencar, o que permitirá a construção de mais 202 leitos. Os quase nove milhões restantes serão para os abrigos do Distrito Federal.

Quero também comunicar aos Parlamentares que na discussão e votação desse projeto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi acatada emenda que restabelece a obrigatoriedade de o Parlamentar assinar ofício para que seja executada qualquer emenda de sua autoria pelo Poder Executivo. Esse dispositivo, por engano do governo, tinha sido revogado no ano passado. Agora, nós o estamos restabelecendo, ou seja, qualquer emenda, de qualquer Deputado, para ser executada, depende de que ele autorize por escrito por meio de ofício à Secretaria de Planejamento e ao órgão responsável, caso seja outra secretaria ou mesmo uma região administrativa. Daí a importância da participação dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas na votação que faremos depois dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o trabalho da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na presença do Deputado Agaciel Maia, que muito bem apresentou a Emenda Aditiva nº 1, que retorna a obrigatoriedade de qualquer alteração de emenda parlamentar ter a autorização do seu autor. Parabenizo, portanto, o Deputado Agaciel Maia e a comissão pelo belíssimo trabalho que foi feito.

Eu gostaria de falar sobre a importância desse projeto de lei encaminhado por meio da Mensagem nº 57 do Governador do Distrito Federal, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de mais de 39 milhões. Desse valor, trinta milhões vão ser destinados à implementação da fase II do Hospital da Criança e mais de oito milhões para as casas abrigos, que atendem pessoas em situação de risco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, esse projeto é importante, mas, na verdade, ele é desnecessário e nós vamos votá-lo sabendo que ele é desnecessário.

Nós destinamos recursos do Orçamento do Distrito Federal para a conclusão do segundo bloco do Hospital da Criança. Na verdade, o Governo Rollemberg – é importante que a imprensa que está aqui presente tome conhecimento disto – está sendo bastante esperto. Ele cancelou a Universíade sem nenhum motivo. É um evento que, no mundo inteiro, qualquer país, qualquer cidade gostaria de realizar. Portanto, sem nenhum motivo. S.Exa. agora faz esse remanejamento desnecessário. Daqui a pouco, nós vamos apresentar que há recurso para o Hospital da Criança. Não se precisa desse remanejamento. Ele é mais do que suficiente. S.Exa. pegou, de uma maneira esperta, para dizer que é uma boa causa e para tentar se livrar do desgaste que está tendo por ter cancelado a Universíade. S.Exa. cancelou também a Fórmula Indy.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Quero incorporar o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

A minha fala, na realidade, é só referente à importância do projeto do Hospital da Criança no Distrito Federal, que vai, com certeza, após essa segunda fase, desafogar os leitos de UTI no Hospital de Base e vai melhorar o atendimento às crianças aqui no Distrito Federal.

Também quero dizer que foi apresentado ontem um relatório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social que mostra um detalhamento das pessoas que são atendidas dentro da rede, às quais essa suplementação vai atender. Segundo o relatório apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social, mais de 9 mil pessoas são atendidas nas redes conveniadas de abrigos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social. Dessas mais de 9.300 pessoas, 3.628 são crianças e adolescentes, que são abandonadas nas ruas, que muitas vezes são deixadas, são recolhidas, porque estão em situação de extrema vulnerabilidade, e são colocadas nesses abrigos.

Obviamente, nós sabemos – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe também dessa luta – que os abrigos precisam de ter muitas melhoras. Só que esse remanejamento vai atender, segundo o relatório, a execução desse convênio somente até o dia 30 de junho.

Eu gostaria de pedir ao nobre Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que é membro do meu bloco, e também ao Deputado Agaciel Maia que já peçam ao governo que providencie uma solução até o final do ano. Será que nós vamos ficar aqui, todas as vezes, votando esse crédito adicional, principalmente para os abrigos aqui do Distrito Federal? Todas as vezes, nós vamos passar por esse processo em que chega um projeto emergencial? Então, peço tanto ao Líder do Governo como ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Deputado Agaciel Maia que o governo já apresente uma solução definitiva para que possamos, com um remanejamento orçamentário, atender, até o final do ano, esses abrigos que são colocados.

Voltando à questão do Hospital da criança, o Deputado Chico Vigilante disse que talvez seja desnecessário, mas é importante ressaltar, mais uma vez, a importância desse projeto para Brasília. O Hospital da Criança tem sido referência no atendimento às crianças do Distrito Federal. Quiçá nós tivéssemos a estrutura do Hospital da Criança em todas as cidades do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Quero, primeiramente, parabenizar V.Exa. por essa deferência, por essa defesa. Quero cumprimentar o pessoal do Hospital da Criança, a Abrace, que está aqui, que veio hoje assistir a esta sessão plenária. Ontem, com muita propriedade, o Deputado Wasny de Roure mencionou o pedido da Presidente da Abrace. Quero também registrar que ela também fez um pedido para nós ontem. Hoje ela esteve conosco na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, juntamente com o Deputado Agaciel Maia, quando pediu o apoio de todos os Deputados desta Casa para o Projeto de Lei nº 259, de 2015, que, daqui a pouco, submeteremos a esta Casa. Essa suplementação, sem dúvida alguma, vai ao encontro das necessidades do Hospital da Criança e também dos abrigos.

Então, V.Exa. está de parabéns. Eu tenho certeza de que esta Casa vai ser sensível a essa obra, que se iniciou no Governo Agnelo. Eu acho que temos de ressaltar o esforço que o nosso Governador Agnelo teve de fazer para que a saúde do Distrito Federal pudesse caminhar de uma forma idônea. Tenho certeza de que hoje nós vamos conseguir essa suplementação, porque é algo de que o hospital precisa e esta Casa vai ser sensível a isso. Obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Julio Cesar e o incorporo ao meu discurso.

Sr. Presidente, nós sabemos que o Hospital da Criança José Alencar foi uma luta da Abrace durante muitos anos. Durante muitos anos, a Abrace lutou, arrecadou fundos para que pudesse instalar esse hospital no Distrito Federal.

Deputado Agaciel Maia, aqui repito: quiçá nós tivéssemos a estrutura do Hospital da Criança em cada cidade do Distrito Federal; tivéssemos um Hospital da Criança na Ceilândia, em Samambaia, no Recanto das Emas, no Gama, em Santa Maria, em Planaltina, em Sobradinho, porque a qualidade do atendimento desse hospital... Falo isso porque minhas duas filhas já foram atendidas no Hospital da Criança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

A qualidade do atendimento do Hospital da Criança só demonstra que esse projeto, como bem disse o nobre Líder do Governo, começou no Governo Agnelo e cuja segunda fase agora vai ser entregue no Governo Rodrigo Rollemberg... Esta Casa precisa dar essa atenção especial a esse hospital, que atende às crianças do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado, eu queria fazer um esclarecimento, já que fui o Relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças dessa matéria hoje pela manhã.

V.Exa. tem toda razão em enaltecer o trabalho feito pelo Governador Agnelo. Inclusive houve a implantação do bloco 1, e o bloco II – o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Chico Vigilante têm mais conhecimento do que nós Deputados, porque acompanharam – está nos *containers*, é uma construção modulada. Precisa-se preparar a infraestrutura. O bloco II acrescenta 202 leitos para atendimento das crianças de Brasília.

No que diz respeito à parte orçamentária, existe uma grande confusão quando se fala em orçamento e financeiro. Orçamento é uma estimativa de receita que você coloca no ano anterior, é uma estimativa de receber no próximo ano. A despesa, não. A despesa é diferente. Você tem que fixá-la. A receita, você estima.

É necessário também informar que nós não temos os 30 milhões no Orçamento de 2015, mas essa suplementação para o Hospital da Criança é fundamental para que ele seja concluído, para que ele seja tirado de dentro dos *containers* onde está encaixotado e seja construído, se Deus quiser, ainda neste ano, para começar a atender às crianças de Brasília. Era esse esclarecimento que eu queria fazer a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu queria cumprimentar V.Exa., que tem feito um trabalho bastante focado, inclusive em visitas aos hospitais públicos. O pronunciamento de V.Exa. está dentro de uma sequência que V.Exa. vem destacando aqui no Distrito Federal.

Eu só queria fazer justiça: o Hospital da Criança foi construído com o esforço da sociedade civil. É bem verdade que o Estado fez algumas modestas contribuições. A principal delas foi a cessão da área. A sociedade civil construiu, e aí, sim, no início



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

do Governo Agnelo... O hospital precisava ter um convênio com a rede pública para que ela tivesse condições de bancar o funcionamento de uma estrutura daquela proporção. Claro, a Abrace é uma entidade que vive de doações. Não tem como ela arcar com a magnitude do custo de atendimento – soube disso hoje conversando com o diretor – de trezentas crianças por dia. Trezentas crianças por dia não é um número pequeno entre consultas, atendimentos.

Portanto, é importante destacar que há um conjunto de homens, mulheres, empresas anônimas que viabilizaram essa estrutura extremamente significativa. E agora o Poder Público vai associar a outros que estão nesse projeto montado desde o final de 2011, conforme relatório de informações complementares.

Portanto, felicito o senhor e o Deputado Agaciel Maia, que hoje, na nossa comissão, relatou a propositura.

Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure a brilhante intervenção.

Repito aqui, mais uma vez, quicá tivéssemos a estrutura desse hospital que, como muito bem falou V.Exa., foi construído e é mantido pela sociedade civil em cada região administrativa do Distrito Federal. Quando vemos a qualidade do atendimento oferecido no Hospital da Criança e compararmos ao HMIB, que é um hospital que atende também crianças, vemos que existe um disparate muito grande, já que o Hospital da Criança é um hospital de primeiro mundo e o HMIB é um hospital de terceiro mundo.

Mais uma vez, agradeço ao Deputado Wasny de Roure a intervenção e quero incorporá-la à minha fala, com muito louvor.

Parabenizo cada pessoa que contribuiu para que esse sonho saísse do papel. Eu me lembro de que, quando visitei a Abrace, tempos atrás, vi a maquete desse hospital na porta da associação. Isso foi um sonho, Deputado Agaciel Maia, que saiu do papel, que saiu das maquetes e se tornou realidade.

Quero aqui pedir aos nobres Parlamentares, caso seja possível, que possamos votar esse crédito hoje, para que as crianças que são atendidas pelo Hospital da Criança não fiquem desassistidas e para que se possa ampliar o seu atendimento.

Quero encerrar, Deputado Agaciel Maia, falando também sobre os abrigos. Que possamos votar hoje esse crédito, para que as crianças que são abandonadas e que estão nos abrigos não fiquem também sem lugar.

Muito obrigado e que Deus os abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Rodrigo Delmasso as palavras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este dia 18 de março de 2015 entra para a história como o dia em que uma mulher determinada e corajosa demonstrou toda a sua coragem, que é a nossa Presidenta Dilma Rousseff. Ela prometeu, durante a campanha eleitoral, que tomaria medidas para ajudar no combate à corrupção no Brasil, e, no dia de hoje, materializou essas propostas, Deputado Wasny de Roure, quando, por exemplo, determinou – e isto vai estar na Constituição Brasileira – que, a partir dessa aprovação, em caso de enriquecimento ilícito, além de o elemento ir para a cadeia, ainda terá seus bens confiscados.

Bandido de colarinho branco, no Brasil, rouba que só um desgraçado, tira muitas vezes do atendimento das crianças. Rouba, depois faz uma delação premiada, arruma um laranja e vai viver melhor do que qualquer cidadão honesto e trabalhador que vive do salário. Mas, a partir de agora, servidor público que enriquecer ilicitamente vai ter todos os bens confiscados.

Outra medida fundamental: criminalização do caixa dois nas campanhas eleitorais. Caixa dois passa a dar cadeia tanto para o doador, quanto para o beneficiário – no caso, o candidato. Se essa medida tivesse sido tomada antes, a gente já teria mudado a política brasileira. Se tivéssemos aplicado essas medidas na época do escândalo dos anões do Orçamento – eu era Deputado Federal e V.Exa., Deputado Agaciel Maia, não era Senador, mas estava lá no Senado, era muito bem informado e também sabe disso –, quando cerca de cem Parlamentares estavam envolvidos com a mesma prática dos desonestos de hoje, que é a de, por meio de emendas e recursos, fazer desvios ilícitos para empreiteiras e depois receber o retorno, o País seria outro. Inclusive, para este país, que tem memória fraca, lembro que fui eu que denunciei o então candidato a Vice-Presidente da República Guilherme Palmeira, que seria o vice-presidente da chapa do Fernando Henrique. Fui eu que o denunciei e o derrubei com a ajuda da mídia brasileira – o *Correio Braziliense*, a *Folha de S. Paulo*, os grandes jornais, e a *Globo*. O que houve ali? O Guilherme Palmeira tinha um motorista e uma secretária que eram namorados. Como ele demitiu o motorista, a secretária ficou pau da vida, resolveu denunciá-lo, procurou-me e, como nós o denunciemos, ele caiu.

Então, se naquele tempo tivessem sido tomadas as medidas que precisavam ser tomadas, o Brasil hoje seria outro! Está de parabéns a Presidenta Dilma, pelo conjunto de medidas que encaminhou ao Congresso. Espero que o Congresso Nacional tenha autonomia e possa, efetivamente, resolver isso daí.

Dito isso, quero falar dos malfeitos do Governo Rollemberg, de que a gente já está tomando conhecimento. Tão novinho o governo e já enrolado com malandragens! Ontem foi demitido o Secretário-Adjunto de Administração da Secretaria de Saúde, Sr. Menezes, que já havia sido demitido pela então Secretária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

de Saúde, Dra. Marília, uma mulher determinada e corajosa. Havia sido demitido o elemento, que foi reconduzido no Governo Rollemberg e pego em malfeitos. Foi demitido ontem, porque estava praticando ladroagem.

Temos denúncia de demissão também do Administrador do Guará. Segundo informações contidas em vídeos que circulam por aí, ele também está envolvido em falcaturas.

Há ainda malfeitos, prática de coisas indevidas em outros órgãos que estou investigando, e devo apresentar isso às autoridades competentes logo, logo.

Quero deixar aqui um aviso ao Governador Rollemberg: acho que ele é uma pessoa honesta, acho até que é uma pessoa decente, mas é importante que tenha muito cuidado! Toda vez que um governo toma posse, as quadrilhas, que são as mesmas, tentam dele se aproximar, para tirar proveito. Estão fazendo a mesma coisa no governo dele. Governador Rollemberg, dê autonomia à Polícia Federal, à Polícia Civil do Distrito Federal, como fez o Governo Agnelo! Naquele governo, a polícia tinha autonomia para investigar tudo o que precisava ser investigado, e acho que o Governador Rollemberg deve fazer a mesma coisa. Ladrão é caso de polícia, ladrão tem que ir para a cadeia, ladrão é um tipo de bicho que tem que ser exterminado da nossa sociedade, pelo mal que nos fazem.

Sr. Presidente, quero dizer do compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores, que não é de hoje, vem desde o início da gestão Agnelo, com o Hospital da Criança. Sempre estivemos juntos na luta pelo bem-estar do Hospital da Criança, que é o bem-estar das crianças não só do Distrito Federal, mas do Brasil.

Para quem não conhece o Hospital da Criança, ele hoje atende o Brasil, as pessoas que vêm do Acre, do meu querido Estado do Maranhão, de Roraima, de Rondônia, do Amazonas, do Pará e até do Sul do Brasil, porque esse hospital não deixa absolutamente nada a dever com relação aos outros. Portanto, muitas crianças que iam para Barretos e outras cidades hoje estão se tratando aqui, graças à dedicação da direção do Hospital da Criança, que precisa, cada vez mais, de apoio do Poder Público. Que o Ministério Público tenha clareza também da importância que tem o Hospital da Criança, porque, muitas vezes, fica querendo atrapalhar uma entidade privada com fins públicos, como é o exemplo do Hospital Sarah Kubitschek, que precisa ser apoiado por todos nós.

Portanto, nós, da bancada do PT, estamos aqui para votar a favor desse remanejamento e estaremos aqui dispostos a sempre apoiar essa causa, que é uma boa causa da sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu gostaria de prestar um esclarecimento no que diz respeito à dotação orçamentária para o Hospital da Criança para o exercício de 2015. Deputado Rodrigo Delmasso, ele é de apenas um milhão de reais. Portanto, é insuficiente para a construção do bloco II, que vai permitir o atendimento a 202 leitos.

O que me traz à tribuna hoje é a preocupação, Deputado Bispo Renato Andrade. Tive uma reunião com o pessoal, Deputado Ricardo Vale, que comercializa em Brasília, há mais de 30 anos, produtos de combate a incêndio. A pirataria, Deputado Wasny de Roure, invadiu esse mercado. Estão vendendo mangueiras da China que não aguentam a pressão. Estão vendendo uma série de produtos falsificados, a maioria deles contrabandeada, ou seja, não só estão matando o segmento, Deputado Rodrigo Delmasso, dos empresários sérios que trabalham com área de combate a incêndio, como também estão colocando, Deputada Telma Rufino, toda a população de Brasília em risco.

Eu quero fazer esse alerta em plenário e pedir à assessoria de Governo, à Liderança de Governo, ao comandante do Corpo de Bombeiro Militar que realizem as vistorias que têm que ser feitas, para que, depois que venha a acontecer algo parecido com o que aconteceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, nós não tenhamos só o que lamentar, nós não tenhamos apenas que sair abrindo processos, tentando punir algumas pessoas, porque, provavelmente, não as encontrarão.

Deputado Rafael Prudente, todo o comércio de combate a incêndio em Brasília está vindo com produtos contrabandeados, pirateados e sem qualquer qualidade, e isso é uma grande responsabilidade do Corpo de Bombeiros de Brasília. Há uma série de exigências de documentos. Tem que ser vistoriado, tem que ser requerido. As pessoas não podem sair instalando mangueiras que custam um décimo do valor de uma mangueira de qualidade para fazer de conta que aquilo está tendo alguma segurança, seja para o prédio comercial, seja para o edifício, seja para as moradias.

Nesta tarde, quero fazer exatamente esse alerta. Eu recebi um relatório e vou passá-lo para o Corpo de Bombeiros para dizer que Brasília está correndo risco. Toda a estrutura de combate a incêndio de Brasília está sendo feita com produtos falsificados, produtos piratas, sem qualidade, o que coloca a nossa população em risco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiramente quero parabenizar V.Exa. pela brilhante explanação referente ao orçamento, e quero aqui me somar a V.Exa. nessa discussão, porque a falta de uma análise do Estado é o que fortalece a corrupção.

Quero também parabenizar o Governo Federal pelo gesto que fez de lançar um pacote de combate à corrupção, porque todos nós, cidadãos brasileiros, estamos cansados de abrir os jornais e ver que a política brasileira está voltada à corrupção.

Então, quero parabenizar esse ato corajoso do Governo Federal e de V.Exa., que está aqui demonstrando que, muitas vezes, a leniência do Estado fortalece a corrupção, fortalece o contrabando, fortalece o crime. E V.Exa. muito bem pede ao Governo que agilize para que os equipamentos de incêndio não sejam mais contrabandeados, mas, sim, que o seu comércio venha a ser legalizado aqui no Distrito Federal.

Era o meu aparte à fala de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Rodrigo Delmasso.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exas. e chamar a atenção de toda a cidade ao pior de tudo isso que é colocar a população em risco. Hoje, Deputado Chico Vigilante, nós estamos matando todo o comércio de empresários sérios que mexem com o combate a incêndio, porque nenhum deles tem condição de concorrer com produtos pirateados e contrabandeados que não pagam imposto. E é natural que a população sempre busque o mais barato, Deputada Telma Rufino, porque, afinal de contas, não é todo mundo que é especialista em produtos de combate a incêndio.

Quero fazer esse alerta. Vou apresentar esse relatório ao Corpo de Bombeiros. Os empresários sérios desta cidade, que já empregaram mais de milhares de empregados, estão morrendo, estão atrofiando, porque eles não têm condição de concorrer com alguém que não paga qualquer imposto nem sofre qualquer fiscalização.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, muito oportuno o pronunciamento de V.Exa. porque, tanto nesse ramo quanto nos demais ramos no Distrito Federal, a verdade é que são prejudicadas as pessoas estabelecidas, que pagam aluguel, pagam imposto, pagam os trabalhadores – porque, se atrasarem os salários além do quinto dia útil, são R\$900,00 (novecentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

reais) de multa *per capita*, para cada trabalhador, pagos para o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. E aí aparece o sujeito que não paga nada, que não tem uma aferição real do produto, não se sabe se tem o peso que é dito, se é aquela fórmula mesmo, vai lá e vende mais barato. E as pessoas querem comprar mais barato porque não conhecem.

Quando eu fui relator da CPI dos Combustíveis no Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, nós descobrimos os chamados “piranguinhos do gás”, outro ramo também muito complicado. A pessoa comprava treze quilos de gás de cozinha, o GLP, e não eram treze, eram oito, eram seis, porque eles têm um modelo rudimentar, uma coisa chamada de “chupeta” que faz a transferência de um botijão para o outro, botam água ou sei lá o quê para completar o peso, e roubam, lesam o consumidor. Isso nós detectamos. Prendemos gente por causa disso. A mesma coisa pode estar acontecendo com os extintores de incêndio. V.Exa. está de parabéns. Conte comigo nessa luta aqui na Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o seu aparte, Deputado Chico Vigilante. Eu quero sugerir a V.Exa. – creio que V.Exa. continua na Comissão de Defesa do Consumidor – que chame uma audiência pública com o Corpo de Bombeiros e os empresários dessa área para que eles possam detalhar mais isso, Deputado Chico Vigilante, e o governo e o Corpo de Bombeiro possam receber um relatório mais completo sobre essa grave denúncia que nós estamos fazendo hoje. É grave porque está colocando em risco a vida dos próprios brasilienses.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Agaciel Maia, eu topo o desafio. Sugiro a V.Exa. que faça um requerimento. Faremos uma reunião conjunta por iniciativa de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Está combinado, Deputado Chico Vigilante.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Dou por encerrado o meu pronunciamento nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero tomar a liberdade de informar algo a todos os colegas Deputados. Peço a atenção do Deputado Julio Cesar, do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Agaciel Maia, da Deputada Telma Rufino, do Deputado Rodrigo Delmasso, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Ricardo Vale.

Nós teremos no próximo dia 23 um seminário, no dia todo, que será aberto pelo Ministro Marco Aurélio e, em seguida, pelo Senador Vicente do Estado de Tocantins. À tarde nós teremos uma série de exposições de técnicos do Senado e do Tribunal de Contas, na área de controle e transparência. Ao seminário, Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Presidente, a Unale trará uma série de Deputados de outros estados, em função dos preparativos para o encontro no mês de maio.

Então, eu quero pedir a atenção dos Deputados para que reservem as suas agendas para o dia 23 de março. É um encontro salutar. O nosso Presidente da Unale é o Deputado Alexandre Postal, um Deputado experiente do Estado do Rio Grande do Sul, do PMDB. Eu peço a colaboração, a presença e a participação de cada um dos colegas Deputados presentes e daqueles que nos ouvem em seus gabinetes.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wasny de Roure, só para complementar, a abertura será na segunda-feira, lá no Interlegis, no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores, antes de entrar no assunto que trago a esta tribuna hoje, eu quero fazer apenas um resumo de alguns temas que ultimamente tenho escutado muito aqui nesta Casa. Houve debates calorosos sobre a corrupção na Petrobras; sobre a saúde pública, conforme relatou ontem com muita eficiência o nobre Deputado Rodrigo Delmasso; e sobre a segurança pública – ontem alguns Parlamentares usaram esta tribuna para trazer à tona a morte de um policial por um indivíduo que já passou mais de uma vez pelo sistema prisional.

Primeiro vamos à Petrobras. Hoje o Governo Federal entregou no Senado algumas medidas anticorrupção até já citadas aqui pelo nobre Deputado Chico Vigilante. Mas não há nada específico sobre a Petrobras. O único caminho, Deputado Rodrigo Delmasso, que temos para a Petrobras, é a perda do controle pelo governo. Empresas desse porte, em todo o mundo, já não são mais controladas pelo Estado. A maior riqueza que nós temos – muitas vezes a gente confunde –, não é só a Petrobras; a maior riqueza que o nosso País tem é o petróleo. No controle do Estado ou não, o petróleo continuará sendo nosso.

Outro assunto é a saúde pública. Há muitos anos estamos vendo notícias de desmandos, escândalos, gente morrendo com o descaso do Estado na rede de saúde. Sabe quando essa situação vai melhorar, se não mudar essa forma de gestão, Deputado Rodrigo Delmasso? Provavelmente nunca. Mais uma vez, não podemos andar pela contramão. Estamos vendo outros estados, como Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e vários outros, a nossa frente. Vamos a menos de 200 Km daqui, para a nossa cidade, Goiânia, capital do Estado de Goiás. Há quatro anos havia lá uma saúde pública em péssimas condições, que, em menos de três anos, saiu de um índice de satisfação da população de 20% para quase 90%. Sei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

disso porque já usei o sistema de saúde pública do Estado de Goiás, estive há pouco tempo no Hospital de Urgências de Goiânia – HUGO.

Por que eles conseguiram esses índices? Há mais ou menos quatro anos o governador transferiu a responsabilidade da saúde pública para algumas entidades, algumas organizações sociais. Tentamos fazer isso no passado; depois, fizemos novamente, com o Hospital da Criança que, hoje, foi até mencionado aqui pelo serviço de excelência, de primeiro mundo, Deputado Rodrigo Delmasso. Queremos, como V.Exa. já disse, que esse serviço de excelência, de primeiro mundo, seja prestado em todos os hospitais do Distrito Federal. Se não deu certo no passado, vamos tentar de novo. Podemos tentar novamente e com novas entidades também.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Rafael Prudente, primeiramente, parableno-o pela brilhante sugestão. Lembro que o Distrito Federal já tentou implantar esse sistema. Quando o Hospital de Santa Maria foi criado, em 2008, ele estava sendo gerido por uma organização social, e eu me lembro de que foi considerado o melhor hospital do Distrito Federal e de que tínhamos a melhor rede de UTI do Centro-Oeste. O Hospital de Santa Maria foi construído com recursos públicos, mas estava sendo gerido por organizações sociais. Lembro-me de várias pessoas que saíam de Planaltina, onde havia hospital, e iam para Santa Maria, porque lá havia médicos e remédios.

O que V.Exa. coloca é de extrema importância, porque todos nós, seja o Poder Executivo ou o Legislativo, precisamos, sim, discutir um novo modelo de gestão na saúde pública do Distrito Federal.

Assim como o caso de Goiás, que V.Exa. muito bem citou, eu tive uma experiência em outro estado em que fui atendido em uma UPA construída com os mesmos recursos federais que aquelas que existem no Distrito Federal. Nesse outro estado, porém, demorei 35 minutos para ser atendido, e aqui no Distrito Federal, seja em centros de saúde, UPAs ou hospital, um paciente leva para ser atendido, em média, se for urgente, de duas horas a duas horas e meia.

Parabenizo V.Exa. por trazer esse debate, corajosamente, sobre a discussão da mudança de sistema de gestão na saúde no Distrito Federal. Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Agradeço o aparte do Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, apenas como contribuição, houve, creio que em 2012 ou 2013, um exercício muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

positivo do presidente do Clube da Saúde, um servidor da rede bastante conhecido – creio que a maioria dos Deputados o conhecem –, o Helvécio. Foi um trabalho de fazer que o parque de serviço da Secretaria de Saúde pudesse ser transformado numa escola técnica de nível superior, inclusive utilizando a atual infraestrutura do IFB – Instituto Federal de Brasília. Precisamos de iniciativas como essas, uma iniciativa a longo prazo, de formação dos quadros da própria secretaria, e não apenas ampliação de um conhecimento genérico, mas o conhecimento específico do ponto de vista tecnológico, dos avanços que vão ocorrendo, o aperfeiçoamento do serviço de saúde para poder colaborar com essa rede que é gigantesca.

Portanto, essa contribuição acho que vale a pena renovar. Na gestão anterior, foi criada inclusive a Universidade do Unisus, que foi uma contribuição, mas ficou muito na base conceitual e ainda não foi incorporada nem operacionalizada.

Deixo essas duas contribuições no seu pronunciamento, porque creio que vale a pena prosseguir naquilo em que já outros andaram abrindo caminho para nós.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure, Deputado Rodrigo Delmasso.

A minha preocupação é que devemos trazer à tona esse problema. Alguma coisa deve ser feita. Não sei se vai ser como outros estados fizeram, parceria público-privada, se será colocado nas mãos de organizações sociais ou se vai continuar do jeito que está; acho que temos de debater esse assunto para que possamos trazer uma saúde de melhor qualidade para a população do Distrito Federal.

Outro assunto é sobre a segurança pública, mais especificamente o sistema prisional do Distrito Federal. Vamos fazer aqui uma análise rápida, não vou trazer muitos elementos. Qual o percentual de ressocialização, Deputada Luzia de Paula, dos presos hoje? Qual o percentual? É quase nulo! Até quando outros cidadãos e policiais serão vítimas desse sistema atual? Se fizermos uma análise de todos os presos que ali se encontram, 80% são reincidentes. Mais uma vez, temos que também rever o atual sistema de gestão. Outros estados, mais uma vez, saíram na nossa frente, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, entre outros. Passaram a gestão do sistema prisional para entidades privadas e, no primeiro ano, a reincidência reduziu de 80% para 40%. Mais uma vez, o que temos de fazer é trazer o debate. Não sei se vai ser através de parceria público-privada, de cogestão, se continuará do jeito que está; só tenho certeza de que algo tem de ser feito.

Em resumo, precisamos rever nosso Estado, e rápido. Temos que fazer diferente. Aproveito a oportunidade para trazer uma frase de um líder histórico brasileiro, do meu PMDB, do PMDB de Ulysses Guimarães: “É claro que a política não é o ofício da bagatela, a pragmática da ninharia, quem cuida de coisas pequenas acaba anão”. Tenho certeza de nosso governador pensa grande e não quer que na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

gestão dele o Estado seja anão, e assim todos nós temos de pensar. É assim que esta Casa tem de pensar, é assim que este governador e este governo têm de pensar: pensar grande e resolver grandes problemas. É isso que toda a nossa cidade e sociedade esperam de nós.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 259, de 2015. Solicito, se houver acordo dos Líderes, entrarmos diretamente na Ordem do Dia, voltando aos pronunciamentos dos Parlamentares em seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Julio Cesar, acato a questão no que diz respeito à inclusão do Projeto de Lei nº 259, que trata do crédito para a construção do bloco II do Hospital da Criança.

Consulto os Líderes se há acordo para que possamos ir diretamente à votação desse item extrapauta e, em seguida, voltarmos aos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, precisamos fazer um convite aos Deputados que ainda estão nos gabinetes para descerem imediatamente para que possamos votar esse projeto. Vamos votá-lo pela importância que tem para o Hospital da Criança, senão iríamos cumprir aqui o nosso regimento, que é fazer todo o discurso.

É importante até mesmo porque as pessoas têm que voltar para lá. Elas vieram acompanhar, as moças, os rapazes, as senhoras que estão aqui, mas a cabeça, o pensamento delas, o olhar delas está lá no Hospital da Criança. Elas precisam voltar imediatamente.

Portanto, sugiro a V.Exa. que consulte os Líderes para votarmos imediatamente o projeto. Precisamos votar em primeiro e segundo turnos. Já antecipo que vou pedir a dispensa de interstício para que ele vá ainda hoje para a sanção do governador.

Toda vez que for projeto de interesse da cidade, especialmente de interesse das crianças, nós estamos aqui para votar. Quando for aumento de impostos, vamos segurar no que der para segurar.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não podíamos esperar algo diferente de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Encerro os Comunicados de Líderes. Também encerro, nos termos do acordo, os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Eu gostaria de lembrar aos Parlamentares que estão no cafezinho e no plenário a importância de cumprirmos o acordo de ontem e votarmos o Projeto de Lei nº 259, que é um suplemento para construir o bloco II do Hospital da Criança, e também aos Parlamentares que, durante todo o mês de fevereiro e de março, cobraram a restauração da exigência da assinatura por ofício no caso da execução das emendas.

Foi acatada uma emenda na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e vamos votar agora o projeto em plenário, na qual só poderão ser executadas as emendas dos Parlamentares, que são de 16 milhões/ano, no caso de o Parlamentar fazer um documento por escrito e assinado à Secretaria de Planejamento e à área da destinação.

Portanto, aos Parlamentares – que não foram poucos, foi quase a unanimidade deles – que cobraram a restauração dessa prerrogativa e que estão em seus gabinetes, solicito que venham ao plenário para cumprirmos, após essa votação, o compromisso assumido por nós membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – quando digo nós, digo eu, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Julio Cesar, o Deputado Prof. Israel e o Deputado Rafael Prudente.

É importante a presença dos Parlamentares na votação do Projeto de Lei nº 259, que insere uma emenda que restaura essa exigência que era feita desde 2011.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 18/03/2015 16:35



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2015/2016

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC	X	
BISPO RENATO ANDRADE	PR		X
CHICO LEITE	PT	X	
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP		X
JOE VALLE	PDT		X
JUAREZÃO	PRTB		X
JÚLIO CÉSAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB		X
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X	
PROFESSOR ISRAEL	PV	X	
PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X	
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD	X	
TELMA RUFINO	PPL	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L			

SECRETÁRIO DEPUTADO (A) PROFESSOR ISRAEL



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens 1 ao 102, relativos aos vetos, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do primeiro item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 259, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 39.330.320,00 (trinta e nove milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e vinte reais)”.

Em virtude de eu ser o relator da matéria, passo a Presidência ao Deputado Prof. Israel.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só registrar a presença do Deputado Estadual Jory Oeiras, do estado do Amapá, do partido PRB, que hoje está aqui conosco. Eu queria apenas registrar a presença dele, amigo e companheiro lá do Amapá, PRB.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Eu registro sua presença e lhedou as boas-vindas em nome da Câmara Legislativa.

Tramitação concluída. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda nº 3 de Plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 259, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 39.330.320,00 (trinta e nove milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e vinte reais)”.

Trata-se de uma emenda modificativa apresentada em plenário pelo Deputado Ricardo Vale. Eu queria explicar. Vou opinar pela inadmissibilidade da emenda tendo em vista que já há um entendimento, Deputado Ricardo Vale, e o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

compromisso do Governo para que num crédito suplementar que comporte isso a gente unifique para todos os Deputados que estão no primeiro ano de mandato essa cota de emenda.

Hoje, nesse projeto, nós estamos estabelecendo... Já existe a lei do orçamento impositivo – uma emenda à Constituição. E estamos resgatando nesse projeto a obrigatoriedade de só se executar emenda de Parlamentar mediante a sua autorização por escrito.

O acolhimento é meritório, V.Exa. terá esse valor. Mas se eu acolher sua emenda vou estar beneficiando só V.Exa. em detrimento dos demais Deputados.

Por isso, eu queria a compreensão de V.Exa. porque já existe esse entendimento com o governo, já existe esse entendimento com a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para que quando nós fizermos o acordo seja para todos os Deputados que estão no primeiro ano de mandato que, portanto, terão essa cota de emenda a ser apresentada.

Portanto, eu faria justiça a V.Exa., mas cometeria uma injustiça com os demais colegas de primeiro mandato.

Por isso, opino pela inadmissibilidade da presente emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como nós estamos falando da questão orçamentária, foi aprovada ontem a Lei Orçamentária Anual de 2015 do Governo Federal, que já prevê a contratação de novos policiais civis aqui para o Distrito Federal.

Então, eu gostaria de pedir ao Presidente da CEOF e ao nosso Líder do Governo que a gente pudesse encaminhar uma solicitação pedindo o cronograma de nomeação daqueles que foram aprovados no concurso da Polícia Civil do Distrito Federal para que a gente possa atender a demanda da sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero pedir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a atenção do Relator da matéria, meu colega e Presidente da minha comissão, Deputado Agaciel Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Em primeiro lugar, eu quero acusar aqui o recebimento das informações que o governo enviou. Caso os colegas tenham interesse, o documento está em minha posse.

Sr. Presidente, Deputado Prof. Israel; Deputado Agaciel Maia, Relator, eu havia feito a observação do nosso voto ao projeto de lei até porque há questões extremamente relevantes. A Presidenta acaba de chegar e a matéria da emenda que foi encaminhada ao projeto é uma emenda que tem que nascer pelos membros da Mesa Diretora.

Então, na comissão eu alertei o Relator, que é um Deputado bastante experiente, e ele nos informou que a Mesa então iria encaminhar uma correspondência com relação a isso para depois não virar pretexto para Deputado fazer remanejamento de recurso da Câmara. O único fórum que tem a prerrogativa da iniciativa é a Mesa da Casa. Então, a primeira observação é para que nós não venhamos a abrir mão dessa prerrogativa regimental.

A segunda é a seguinte, Deputado Agaciel Maia: a emenda referente à comunicação aos Deputados de eventuais remanejamentos ou uso ou empenhos que o governo possa fazer sem o prévio conhecimento dos Deputados é uma matéria que foi tratada na Lei Orçamentária, nessa lei que foi vetada, se não me engano, é o art. 8º.

É importante destacar aqui, Deputado Relator da matéria, que nós vamos ter duas matérias concomitantes: um veto que precisa então ser derrubado, este veto sobretudo ao art. 8º, e uma emenda que nós estamos votando neste projeto, mas que está vetado pelo governo.

Então, eu sugiro, tão logo votemos este projeto, que votemos o veto porque senão nós estaremos estabelecendo matérias concomitantes com posicionamentos diferenciados. Aí o Poder Legislativo afirma que é entendimento da matéria e recomenda a matéria no novo texto em que a Casa vai se posicionar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Wasny de Roure que, na realidade, no veto houve um equívoco do governo, e como o veto foi feito no artigo todo, conforme explicação da assessoria, no caso o Willemann, ficaria difícil construir a derrubada do veto unicamente só desse artigo que foi inserido sem necessidade, tirando a exigência de o Parlamentar autorizar.

A sugestão de V.Exa. é importante. Vou pedir a derrubada desse veto após sua análise, para saber se a derrubada do veto, no contexto em que está, não prejudica outra matéria. Portanto, Deputado Wasny de Roure, nós precisamos realizar essa análise.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à nobre Presidente desta Casa, a Deputada Celina Leão, que já se encontra no plenário, que faça uma solicitação ao relator, apenas para documentar esse fluxo de informação e não haja prejuízo na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

aprovação desse projeto. Isso é importante porque, apesar de o remanejamento feito no Orçamento da Câmara ter sido aprovado pela Mesa – é a exigência regimental –, foi determinado que essa solicitação fosse feita pela Presidência.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu vou assinar a emenda, porque garante a autoria e garante que o pedido da emenda seja também da Presidente da Casa. Se há dúvidas sobre o trâmite da emenda, sanamos o problema.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pronto. O Deputado Wasny de Roure e a Deputada Celina Leão assinaram o encaminhamento. Então, a formalidade foi cumprida.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, apresentamos essa emenda modificativa com relação aos créditos suplementares para nós, Deputados que estamos chegando agora. Eu quero lembrar que na semana passada aprovamos um crédito suplementar, o Deputado Rafael Prudente já foi contemplado.

Essa emenda que apresentamos hoje é justamente em função de demandas da própria comunidade. É o caso dos feirantes de Sobradinho e da via sacra da paróquia, uma via sacra tradicional que existe há 26 anos, e eles estão aguardando. A própria Presidente desta Casa, a Deputada Celina Leão, já falou comigo, mas é preciso que resolvamos logo essa questão da suplementação para os Parlamentares que estão chegando agora. Nós queremos ter a liberdade de também fazer as indicações, colocar as emendas e negociar com o governo.

Com relação a essas ações, a população está atrás do governo para que elas sejam resolvidas, seja a cobertura da feira de Sobradinho, como a própria via sacra. O motivo da emenda é justamente esse. Houve um precedente na semana passada e foi aprovado. Então, se há o crédito suplementar, vamos aprovar.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, referente à questão da emenda, eu gostaria de chamar a atenção para o que diz a nossa Lei Orgânica, no seu art. 150, parágrafo 17: “Além da obrigatoriedade de execução prevista no parágrafo 16, os remanejamentos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

emendas individuais somente podem ocorrer por manifestação expressa do autor”. Isso é o que diz a Lei Orgânica.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputada Luzia de Paula, tudo bem. Eu gostaria de responder ao Deputado Ricardo Vale. Nós estamos construindo as proposições a exemplo do que fizemos com a ajuda do Deputado Wasny de Roure e do grupo todo à época. Estamos querendo construir um acordo com o governo para que tenhamos uma efetividade, para não acatarmos emendas, agradarmos V.Exa. e V.Exa. achar que tem direito, mas quando chegar lá, o governo veta e fica uma ação sem eficácia.

O que estou propondo, e vou pedir isso ao Líder e à Presidente desta Casa, é que seja dito o seguinte: nós só votaremos o próximo crédito suplementar nesta Casa se já vier o acordo de iniciativa do Poder Executivo para dar cumprimento ao acordo de V.Exas. terem direito a essas emendas. É um compromisso.

Para que haja eficácia, há o compromisso da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de que no próximo crédito suplementar eles preparem isso. No próximo crédito temos que cumprir esse acordo feito com o governo, para que eu não faça uma exceção a V.Exa., a exemplo do que foi feito para o Deputado Rafael Prudente. E, ao chegar lá, não tenha eficácia nenhuma, caia num buraco negro e a coisa não funcione. Ou seja, pode ser vetado.

Portanto, quero avisar à Liderança do Governo, à assessoria do governo aqui, que no próximo crédito suplementar nós temos que honrar esse compromisso.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Deputado Agaciel Maia, doze Deputados precisam ser contemplados. Nós fizemos a proposta na sessão anterior, só que o tempo está passando. À medida que o tempo vai passando, fica mais difícil executar as emendas deles. Portanto, a exemplo do que foi aprovado no governo federal, no Orçamento Geral da União, no qual os novos Deputados já estão contemplados, eu quero que a gente assuma um compromisso aqui – tem que ser um compromisso de todos – no sentido de que o Líder de Governo encaminhe isso, para que no próximo crédito suplementar já venha esse valor para contemplar os doze Deputados que precisam ser contemplados, com o valor que nós combinamos naquele dia, que é de 8 milhões por Deputado.

Com o compromisso do Deputado Agaciel Maia; da Presidente, Deputada Celina Leão e do Líder do Governo, está sacramentado o entendimento.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, baseado em tudo o que foi falado aqui, quero dizer aos nobres Deputados que nós, juntamente com a nossa Presidente, vamos encaminhar ao Governador que no próximo crédito suplementar possamos realmente ver essa questão das emendas. Eu sou Deputado novo e também não tenho emenda. Acho razoável que todos os Deputados tenham. Fica o compromisso da Liderança do Governo, bem como da nossa Presidente, de revermos isso na próxima semana ou no próximo crédito suplementar que houver.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de pedir para nos atermos ao debate.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Diante desse entendimento e dessa proposta, eu retiro então a emenda. No próximo crédito aprovamos aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, para esclarecer – o Deputado Julio Cesar falou aqui –, nós vamos pedir ao Governador um crédito exclusivo para os Parlamentares.

DEPUTADO RICARDO VALE – Estou retirando a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Retirada a emenda do Deputado Ricardo Vale, eu sou de parecer favorável. Sou pela admissibilidade, conforme veio da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo mais necessidade do parecer, porque a emenda foi retirada, em discussão o Projeto de Lei nº 259, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após a sessão ordinária, para discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 259, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 39.330.320,00 (trinta e nove milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e vinte reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a inclusão da Moção nº 20, de 2015, de minha autoria, na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e a incluo na sessão extraordinária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, secretariei os trabalhos hoje com o Deputado Agaciel Maia, e nós lemos um conjunto de requerimentos e moções. Queria sugerir a V.Exa. que incluísse na Ordem do Dia as moções e requerimentos lidos no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. Peço a inclusão dos pedidos de moções e audiências públicas.

Deputado Chico Vigilante, há alguma específica? (Pausa.)

A Assessoria me disse que não chegaram aqui à Assessoria de Plenário os pedidos. Não estão na Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – São aqueles a cuja leitura eu procedi no dia de hoje. Está aí a relação da leitura que eu fiz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria fazer dois rápidos registros. Em primeiro lugar, da presença do ex-Deputado Distrital e Federal Pedro Celso – na primeira legislatura ele foi o deputado mais votado, com quase 20 mil votos à época – e também da Diretora Presidente da Abrace, a Ilda, e do Sr. Diretor do Hospital da Criança aqui conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Eu gostaria de saudar aqui, em nome da Presidência, o Deputado e todos os representantes da Abrace. Esta Casa sempre estará de braços abertos para vocês.

Quero, inclusive, avisar aos Deputados que esta Casa vai abraçar também um tema sobre as doenças raras. Nós fizemos uma audiência pública aqui na semana passada e realmente há uma dificuldade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque nós não temos um centro de referência para doenças raras. Temos vários trabalhadores nesta área, são médicos, geneticistas, mas ainda falta implementar um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 03 2015	15h29min	18ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

centro de referência. Nós estamos perdendo recursos para o Governo Federal por falta de um centro de referência. Nós vamos abraçar essa causa com unhas e dentes, como nós abraçamos a causa da Abrece.

Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa!

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de agregar à Ordem do Dia a Moção nº 21, de 2015, para homenagear os alunos do Centro de Ensino Médio nº 9 de Ceilândia, premiados nacionalmente por um fantástico programa pedagógico de desenvolvimento da Matemática.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido e o incluo na Ordem do Dia da sessão extraordinária.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h49min.)